

## **DISCURSO PL 176/2014 (EXECUTIVO) QUE DISPÕE SOBRE A LDO – EXERCÍCIO 2015**

Neste um ano e meio, o atual governo já deixou bem claro a sua marca: A incapacidade de administrar uma cidade complexa como São Paulo, e com uma gestão eficiente como os paulistanos merecem e tem direito.

No Orçamento de 2013, dos R\$ 42 bilhões que o Executivo tinha, só conseguiu executar 75% do que havia prometido. A atual Administração terminou o ano com cerca de R\$ 8 bilhões em caixa. Nunca a Prefeitura de São Paulo teve tanto dinheiro – é bom que se destaque isso. É essa má administração que tem afetado a população, porque enquanto sobram verbas na Prefeitura, que são aplicados no mercado financeiro, as famílias continuam sem creches para seus filhos, continua faltando remédios nos postos de saúde e uma simples consulta com um clínico continua demorando três meses.

Se o governo não sabe gastar bem, não sabe investir no que realmente a população e a cidade precisam, qualquer LDO acaba sendo uma mera peça de ficção. O PL 176/2014, do Executivo, que dispõe sobre a LDO para o exercício de 2015, traz um anexo com a relação das metas a serem cumpridas. São metas anunciadas com pompa no início da gestão, por meio de uma publicação bonita, luxuosa, mas que não estão sendo cumpridas como mostrarei mais à frente. Portanto, é pouco útil elaborar um Orçamento com números ostentosos, se de fato pouco é executado.

Mais uma vez, o Projeto de Lei da LDO do Executivo não cumpre o detalhamento exigido pela Lei Orgânica do Município, Artigo 137, Parágrafo 8º, que estabelece: *"A lei orçamentária anual identificará, individualizando-os, os projetos e atividades, segundo a sua localização, dimensão, características principais e custo."*

O anexo apresentado é um imenso guarda-chuva onde tudo foi colocado debaixo dele, sem o devido detalhamento, como exige a Lei Orgânica do Município. Esse método continua a dificultar a ação de acompanhamento e fiscalização pelos vereadores e que são as principais funções do Legislativo. Da forma como está, esta Casa continuará sendo tratada como uma chancelaria do Executivo.

É preciso seguir o princípio da transparência. Quando digo que o PL da LDO é uma peça de ficção, uma análise das metas propostas e alcançadas deixa isso muito claro. No Orçamento de 2014, no item que prevê “Receita de Capital” no valor de R\$ 9,127 bilhões, até o mês de abril passado tinham sido realizados apenas R\$ 191 milhões, ou seja, 2,9% do previsto.

No item “Transferências da União”, que também consta da LOA de 2014, com valor de R\$ 3,071 bilhões, até abril passado, tinha sido realizado tão somente R\$ 16,788 milhões, ou apenas 0,55%. E mais: na especificação de “Receita”, no tocante a “Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades”, prevista para este ano, no valor de R\$ 2,381 bilhões, até abril absolutamente **NADA** foi realizado. A União gastando mais em propaganda do que investindo em São Paulo.

Essa falta de capacidade administrativa, tanto do governo municipal, que não cumpre o que ele mesmo estabeleceu na LOA, quanto do governo federal, que não honra com seus compromissos, foi inclusive objeto de requerimento de minha autoria na Comissão de Finanças e Orçamento pedindo informações. Passado mais de um mês, até hoje essa resposta não veio o que mostra o descaso do Executivo em se explicar, em tornar seus atos mais transparentes.

O Projeto de Lei que trata da LDO para 2015 está recheado de metas, mas a inoperância deste um ano e meio da atual administração, em todos os

setores, é prova suficiente que o Executivo patina, escorrega, na execução. Ao fazer uma análise de todas as 123 metas traçadas pela Prefeitura verifica-se o quanto a atual administração é incapaz na execução – não por falta de verba é bom que se diga, mas por ser um mal administrador, um péssimo gestor.

Das 123 metas prioritárias listadas pelo próprio governo, muitas das quais constam do anexo deste PL da LDO para 2015, em 80 delas o executivo não cumpriu quase nada e o governo já está em seu segundo ano de mandato.

Os números não mentem, jamais. No tema “Desenvolvimento Social / Família”, a proposta do governo é de implantar 60 Centros de Referência da Assistência Social, o CRAS. Neste um ano e meio de governo, quantos já foram implantados? NENHUM. A única coisa que se tem de concreto é definir terrenos para construção de alguns em territórios dos CEUs e 3 unidades em processo de readequação. A Prefeitura, então, já levou mais de um ano só para definir o que fazer em 12 unidades. Com essa morosidade, vai levar mais cinco anos só para definir onde instalar todos os CRAS.

Ainda no tema “Desenvolvimento Social / Família”, a meta do governo é implantar 7 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Quantos foram construídos até agora? NENHUM. A única coisa que fez de concreto até agora foi a “identificação de áreas vinculadas aos Programas Minha Casa Minha Vida em andamento para a construção de 2 CREAS”. Também estão sendo identificadas áreas vinculadas aos Programas Mananciais para a construção de 1 CREAS. Ou seja, em um ano e meio de governo, o trabalho sequer foi iniciado, pois ainda está na fase de “Identificação de Áreas”.

Na Educação, os números mostram o quanto a Prefeitura fala, mas tem dificuldades de cumprir. Ao assumir, o Prefeito prometeu criar 150 mil novas vagas de Educação Infantil. Quanto dessa meta foi cumprido? Até agora, foram criadas apenas 9.959 novas vagas para a Educação Infantil em 2013, das quais mais de 7 mil por meio de entidades conveniadas. Portanto, a falta de creches ainda é crônica e as mães continuam sem creches onde colocar seus filhos. Nesse ritmo, ao final do atual governo serão criadas apenas 40 mil vagas, muito aquém do prometido.

Ainda no tema Educação, o Prefeito anunciou que iria ampliar a jornada escolar de 100 mil alunos da Rede Municipal de Ensino. Quanto dessa meta foi cumprida neste um ano e meio de governo? Apenas 3,3%. Também prometeu construir 20 unidades de CEUs, expandindo a oferta de vagas para a educação infantil. Até agora o que existe é apenas a definição de 10 terrenos e outros 10 terrenos em fase de definição em andamento. Concretamente, nenhuma unidade foi inaugurada neste Governo.

Na Saúde, as metas estão muito aquém das prometidas. Das 32 unidades da Rede Hora Certa previstas em seu plano, apenas 6 foram instaladas. Também pouca coisa foi feita em relação à reforma e melhoria de 20 Prontos Socorros e implantação de 5 novas UPAs.

Quero destacar que enquanto a Prefeitura é extremamente morosa com relação aos seus compromissos que efetivamente beneficiam a população, o Executivo age de maneira apressada em dar dinheiro para subsidiar os gastos de moradia, alimentação e transporte aos médicos estrangeiros do programa federal Mais Médicos, no valor de R\$ 3 mil para cada profissional. Só com estes gastos, a Prefeitura terá de desembolsar R\$ 474 mil por mês.

Enquanto isso, volto a repetir, a população sofre com a falta de remédios, as unidades de saúde sequer dispõem de materiais básicos para

procedimentos simples, como gaze, pois a Prefeitura diz que não tem dinheiro.

Com relação à Habitação, outro tema ao qual a Prefeitura afirma tratar com atenção, os números indicam que não é bem assim. A promessa é de entregar 55.000 Unidades Habitacionais e sabem quanto dessa meta já foi cumprida? Até agora, a Prefeitura entregou tão somente 1.890 unidades habitacionais. Nessa matemática, simples, ainda estão faltando mais de 53.000 unidades habitacionais.

Semanas atrás, votamos nesta Casa, mais uma vez de forma apressada, o PL 16/2014 que aporta recursos a fundo perdido para a complementação do subsídio destinado ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Mais uma vez, foi passado um cheque em branco ao Executivo, pois não há especificação de quantas unidades habitacionais receberão o subsídio. A priorização desses subsídios está sob a responsabilidade da Secretaria da Habitação e não por ordem cronológica de inscrição e nem privilegiando aqueles que ganham apenas três salários mínimos.

O tema Pessoa com Deficiência é outro para o qual a atual administração não tem dado a devida atenção. A promessa era tornar acessíveis 850 mil m<sup>2</sup> de passeios públicos, mas até 2013, apenas 99.000 m<sup>2</sup> foram implantados, ou só 11,7%. Da mesma forma, a meta é garantir a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em 100% da frota de ônibus. A prefeitura cumpriu apenas 15%. Somado ao que já havia, hoje pouco mais da metade dos ônibus é acessível às pessoas com deficiência.

Em contrapartida a essa lentidão em cobrar eficiência dos empresários de transporte, a Prefeitura permite que cerca de mil ônibus com mais de dez anos de uso continuem a circular pela cidade, o que é proibido por contrato. Enquanto tolera que os barões de transporte andem a passos de tartaruga nos seus deveres e obrigações, o Executivo já separou nada menos que R\$

1,723 bilhão para bancar o subsídio da tarifa, em 2015, conforme o PPA aprovado no ano passado.

Ainda com relação ao transporte público, o Executivo mostra não só ser um mal administrador, como também demonstra pouca habilidade na avaliação de suas metas. Falo do Bilhete Único Mensal, anunciado com estardalhaço, como solução para reduzir os gastos do trabalhador com transporte, mas que tem pouco interesse. Lançado em novembro do ano passado, cinco meses depois, é usado por apenas 33 mil passageiros, ou apenas 4% do dimensionado pela Prefeitura.

As propostas para a população idosa neste governo também não saíram do papel. As 8 novas Unidades de Referência à Saúde do Idoso previstas na meta, nestes 17 meses de governo foram apenas iniciados o estudo e elaboração da planta modelo. Dos 15 Centros Dia previstos **NENHUM** ainda foi implantado. Em dois bairros, os trabalhos estão “bem mais adiantados” – ou seja, há 17 meses busca-se imóveis para as unidades. Nas demais 13, nem isso está sendo feito, num completo descaso com a população idosa.

O meio ambiente é outro tema que consta das metas do Executivo, mas ao qual não vem dando nenhuma atenção. O prefeito sancionou no ano passado o Parque Augusta, mas diz que não tem dinheiro para implantá-lo. Incluiu nas metas a readequação e requalificação com ações prioritárias em 34 Parques e Unidades de Conservação Municipais, mas até agora só 7 efetivamente tiveram os recursos aprovados do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Das 900 mil mudas de árvores prometidas para serem plantadas em passeios públicos, canteiros centrais e no Sistema de Áreas Verdes, só 14%, ou seja, 126 mil mudas foram plantadas no ano passado. Nesse ritmo, no

final da gestão, a Prefeitura terá cumprido pouco mais da metade do que prometeu. E mais: abandonou as metas da Política de Mudanças de Clima. Tínhamos uma meta de reduzir 30% as emissões de gases, mas ao invés disso, aumentaram 12%. Também, praticamente abandonou a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que no ano passado, teve redução de nada menos que 40% no valor empenhado.

Ainda na questão ambiental, o Executivo anunciou que iria ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos. E quanto foi feito até agora? Só 1,5%. Ou seja, continuamos na mesma, e nenhum distrito a mais foi contemplado com a implantação desse serviço.

Não só a Secretaria do Verde tem recebido poucos recursos. A má administração vem prejudicando praticamente todas as 32 Subprefeituras, hoje depauperadas e sem verba para cumprir ao menos suas funções básicas de zeladoria. Conforme o Sistema Orçamentário Financeiro, da Secretaria de Finanças, metade das Subs tinha recebido até março passado, menos recursos que em comparação com março do ano passado. Só para citar alguns exemplos, a Sub da Mariana recebeu 11% a menos; a de Parelheiros, menos 6,2%; Jaçanã / Tremembé, menos 5,8%; Ermelino Matarazzo, menos 5,5% e por aí fora. Mais uma vez, a população é que sente esse abandono da cidade.

Nos temas ligados às melhorias urbanas, o prometido e o executado até agora tem uma diferença abismal. Dos 400 km de vias para bicicletas, até dezembro do ano passado haviam sido iniciado obras em apenas 50km.

A rede semaforica contou com a implantação da Central de Monitoramento Semaforico; 2.003 cruzamentos reformados; 440 No Breaks em operação; e 22 controladores instalados, porém, apesar da anunciada modernização, a sinalização em São Paulo continua do mesmo jeito, com semáforos apagados, ou em pane, tão logo a chuva começa a cair.

Também com relação às chuvas, todos se lembram da propaganda do Governo na televisão anunciando que a cidade deixaria de ter esse problema. Mais uma vez, os números não mentem. A intervenção em 79 pontos de alagamentos foi cumprida em apenas 2,5%. O programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana foi cumprido em apenas 15,0%. Esses números são ínfimos e não diminuem em nada os riscos de alagamento na cidade.

Os serviços de atendimento ao cidadão também tem sido relegado pela Prefeitura. A criação dos 32 Centros de Atendimento ao Cidadão (CAC), conforme prometido, a única coisa que se fez nestes 17 meses foi apenas a elaboração do projeto para a expansão dos serviços nas Praças de Atendimento das Subprefeituras. Já a meta de ampliar e modernizar os serviços oferecidos por meio do 156, o único trabalho feito em quase um ano e meio foi o “diagnóstico dos fluxos internos do serviço e integração com outros canais” – e gostaria até que alguém me explicasse o que é esse trabalho de nome tão complicado e demorado. Não seria apenas saber quais os tipos de reclamações mais comuns dos cidadãos e por qual órgão deve ser encaminhado?

A Prefeitura implantou 291,4 km de faixas de ônibus, duas vezes mais que o previsto para os quatro anos. É bem adequado e significativo para o atual governo que adotou, efetivamente, a política da brocha como política pública.

Porém, uma cidade do tamanho e da importância de São Paulo tem direito a uma política pública baseada num conjunto de ações, com vistas ao atendimento da maioria da população. Política pública não se resume a pintar o asfalto. O administrador precisa ter uma visão ampla das ações, diante da enorme complexidade social, política e econômica da nossa

cidade, além de ter a capacidade de apresentar e propor soluções de alto nível. E, principalmente, que saiba trabalhar com os recursos disponíveis para que realmente cheguem à população.